

METAMORFOSES DO TRABALHO

Maria Emília Bottini¹

Daiana Demarchi²

RESUMO: Neste artigo, é apresentada uma revisão da bibliografia acerca das diferentes concepções do conceito de “trabalho” em alguns momentos históricos e suas metamorfoses. É dada ênfase à concepção vigente no sistema capitalista, atualmente caracterizado como trabalho alienado. São descritos, também, as implicações da precarização do trabalho no mundo globalizado e no comprometimento da saúde física e mental dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho, metamorfoses, saúde mental.

ABSTRACT: This article presents a review of the literature about the different conceptions of the concept of "work" in some historical moments and their metamorphoses. The emphasis is on design currently in place in the capitalist system, characterized as alienated labor. We describe also the implications of precarious employment in the globalized world and the impairment of physical and mental health workers.

Keywords: Work, metamorphoses, mental health.

Concepções históricas do trabalho e suas metamorfoses

O trabalho ocupa grande parte de nossas mentes e corpos, os homens passam grande período da vida dedicando-se às atividades laborativas, muitas vezes exercendo ofícios pagos pela venda de nossa força de trabalho através de um salário que é transformado em dinheiro, tornando-se consumidores de necessidades básicas e de muitos bens supérfluos. Gorz (2007) argumenta que as necessidades humanas são supridas através de consumo compensatório, para tal, deve o trabalhador integrar-se ao mercado na condição de consumidor. Este processo ocorre quando há o convencimento das pessoas de que a prioridade de suas vidas é buscar a satisfação de “necessidades

compensatórias” que, fazem desaparecer neles a percepção das condições em que são exercidas as atividades remuneradas.

O trabalho possui um conceito ambíguo e complexo e as definições a seu respeito foram se modificando no decorrer dos séculos. Dentre as concepções mais antigas e populares temos a célebre definição bíblica que identifica o trabalho com o castigo ou a maldição divina: *Ganharás o pão com o suor de teu rosto*. Depois da emergência do Capitalismo, o trabalho passou a ser concebido de maneira mais positiva, passando a ser definido como o principal meio que *dignifica e enobrece o homem*. Durante a vigência do Nazismo o trabalho passou a ser concebido como o meio capaz de *libertar o ser humano e de justificar a superioridade de uns sobre os outros*. *Arbeit Macht Frein – O trabalho liberta*, inscrição exposta nos portões de entrada do campo de concentração de Auschwitz, na Alemanha. Na sociedade capitalista moderna, o trabalho tornou-se uma mercadoria, cujo preço é traduzido em salário (GORZ, 2007).

Para autores como Mauro; Giglio; Guimarães (1999) o trabalho, de modo geral, tem um caráter humanizador, uma vez que, através desta relação, o homem se distingue do animal ao produzir seus meios para a sobrevivência

Nos dicionários de língua portuguesa o conceito trabalho aparece como sinônimo dos seguintes vocábulos: labor, atividade, faina, lida, azáfama. Em outros momentos, apresenta outras conotações: aplicação de forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim; atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; trabalho remunerado ou assalariado, emprego, serviço; local onde se exerce essa atividade; qualquer obra realizada; esforço incomum; luta; lida (FERREIRA, 1995).

Como podemos perceber, na língua portuguesa, a palavra trabalho tem o mesmo significado para duas formas de ação: a de realizar uma obra que expresse a autonomia do sujeito e que lhe dê o reconhecimento social e permaneça além da existência dele, e outro, o de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, voltado à produção de algo consumível ou para a venda no mercado.

Não existe, portanto, explica Arendt (2008), uma distinção nos termos que o definem, por exemplo, quando estabelece a diferença entre trabalho, labor e ação. A autora diferencia os termos ação, labor e trabalho, considerando-os três dimensões do fazer humano que são fundamentais, porque cada uma corresponde a uma das condições básicas da vida do homem na Terra. O labor é o trabalho do corpo do homem pela sobrevivência, há passividade nessa atividade humana, submissão aos ritmos da

natureza, às forças incontroláveis biológicas, aos hormônios e à musculatura autônoma. O trabalho propriamente dito é aquele que traduz a palavra grega *poiesis*, o fazer, a fabricação, a criação de um produto pela arte; é a obra da mão humana que maneja instrumentos que a imitam. Esse fazer tem a qualidade de permanecer, deve poder superar o tempo e o trabalhador. A ação, a práxis, é aquele domínio da vida ativa, onde o instrumento usado pelo homem é o discurso, a palavra. É o âmbito da vida política, e que se refere ao convívio harmonioso entre concidadãos.

Para Barros e Guimarães (1999, p. 73), o termo trabalho é contraditório, pois da mesma forma que é apresentado como instrumento de castigo e, portanto, gerador de sofrimento, também é apresentado como elemento estruturante da sociedade, como veiculador da cultura e da ordem civilizatória. Já para Dejours (1997), o trabalho se apresenta como força estruturante do indivíduo à medida que possibilita atividade subjetivante e o desenvolvimento da autonomia de cada sujeito.

Afirma Albornoz (2008, p. 8) que a palavra trabalho é “[...] às vezes, carregada de emoção negativa, lembra dor, tortura, suor no rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura”. A autora refere ainda que a palavra trabalho tem origem latina, vinculada ao conceito *tripalium*, um instrumento romano feito de paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. Esta foi a definição que mais amplamente se fixou na cultura de muitas civilizações, vinculando, portanto, o trabalho com tortura.

A Constituição Federal Brasileira, art. 160, Parágrafo II, define que “trabalho é uma atividade central do homem e sem ele, o homem não terá existência digna, desde que o possa realizar em qualquer das suas modalidades éticas”. Gorz (2007) alude que o trabalho, na forma como o conhecemos hoje, é uma invenção da modernidade como elemento que personifica a existência individual e social, generalizado a partir do industrialismo. Refere ainda o autor que o trabalho, no sentido contemporâneo do termo,

[...] não se confunde, nem com os afazeres, repetidos dia após dia, necessários à nossa manutenção e à reprodução da vida de cada um; nem com o labor, por mais penoso que seja que um indivíduo realiza para cumprir uma tarefa da qual ele mesmo e seus próximos serão destinatários e dos beneficiários; nem com o que empreendemos por conta própria, sem medir nosso tempo e esforço, cuja finalidade só interessa a nós mesmos e que ninguém poderia realizar em nosso lugar. Se chamarmos esta atividade “trabalho” – o “trabalho doméstico”, o “trabalho do artista”, o trabalho de

autoprodução-, fazemo-lo em um sentido radicalmente diverso do sentido que se empresta à noção de trabalho, fundamento da existência da sociedade ao mesmo tempo sua essência e sua finalidade última (p. 21).

O trabalho, neste sentido, é uma atividade que é exercitada na esfera pública, sendo este remunerado e assalariado. Atrelado a uma profissão, o trabalho nos insere em uma rede de relações sociais de intercâmbios, onde aos outros somos equiparados e sobre estes são conferidos certos direitos e deveres. Desta forma, o trabalho torna-se, na sociedade atual, o fator mais importante da socialização. Esta concepção de trabalho emerge, de modo especial, na sociedade industrial que passa a perceber-se como uma “sociedade de trabalhadores”, distinguindo-se por esta característica de todas as outras formas sociais que a precederam.

Weber (2008) é um dos autores que percebeu que a mudança da concepção de trabalho passa a ter uma nova dimensão moral com o surgimento do capitalismo. No espírito do capitalismo emergente, ser trabalhador eficiente e produtivo torna-se sinônimo de sujeito moralmente correto. Ou seja, a capacidade de concentrar energias e de usar os talentos para empreender uma vida moralmente regrada e ascética, concretizada pelas obras realizadas pelo trabalho bem-sucedido, são virtudes que passam a indicar uma nova forma social de ser justo e bom. Segundo Weber, o trabalho passa a ser a principal vocação e a força transformadora do homem e da sociedade, instrumento concreto da racionalidade instrumental. Este processo acabará levando a humanidade a se submeter a um sistema cada vez mais amplo de racionalização, produzindo a situação que o autor denomina a “jaula de ferro”.

Para Sung (2006), antes do capitalismo, a aquisição econômica era vista como um meio para satisfazer necessidades materiais da vida humana. Quando uma família ou uma coletividade conseguia adquirir uma quantidade de riqueza suficiente, diminuía ou parava de trabalhar e se dedicava a outras atividades, como festa, pesca, arte, religião, para viver com mais alegria e prazer. No capitalismo, o homem é dominado pela produção da mais valia e pelo acúmulo progressivo do capital. Com a necessidade crescente de apropriar-se dos resultados do processo produtivo, o capitalismo torna o trabalhador um alienado e um explorado. Ele já não trabalha para si e já não mais produz de acordo com suas necessidades, mas orientado pelas leis do capitalismo. Com isso, o trabalho perde seu caráter humanizador e libertador. O capital (dinheiro) torna-se, assim, a finalidade última da vida de todos.

Na concepção de Weber (2008, p.51),

[...] o homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio-guia do capitalismo, da mesma forma que soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência do capitalista.

O autor destaca, como vemos, que com a imposição desta máxima - viver em função de ganhar dinheiro - inverte-se a ordem natural do trabalho: já não mais trabalhamos para viver, mas vivemos para trabalhar. Esta inversão, ainda segundo Weber, não só foi legitimada pelas novas relações de trabalho que foram sendo instituídas, mas por um novo espírito cultivado por uma nova concepção religiosa que assegurava a validade moral deste tipo de agir voltado à busca da riqueza e do enriquecimento. Isto produz uma grande metamorfose do trabalho que acaba sendo transformado em uma mercadoria e o trabalhador em uma mera peça do processo de produção do capital.

Percebendo as consequências do sentido capitalista de trabalho, Arendt (2008) chama atenção para o fato de que mesmo assumindo uma função tão central na sociedade moderna e contemporânea, ele nunca foi fator de integração social, mas, ao contrário, um fator de exclusão social. A autora mostra que o preconceito em relação ao trabalho e ao trabalhador é muito antigo e continua presente na sociedade moderna, pois aqueles que trabalham são considerados inferiores, pertencendo ao reino natural e não ao reino humano. O trabalho é uma ocupação servil e, portanto, explica Gorz (2007), os nobres, os humanos, não tinham que se ocupar do trabalho, da satisfação de suas necessidades vitais, mas das coisas do espírito e da política. O trabalho era considerado uma atividade indigna do cidadão, porque trabalhar era sujeitar-se à necessidade e só aceitava sujeitar-se aquele que, como escravo, preferia a vida à liberdade, tendo espírito servil. O homem livre recusava submeter-se a necessidades; dominava seu corpo para não se transformar em escravo de suas necessidades materiais; se caso trabalhasse, era somente com intenção de não depender daquilo que não dominava, para ampliar e assegurar sua independência.

Albornoz (2008) enfatiza que Marx introduz um novo sentido ao trabalho à medida que lhe atribui o sentido existencial do ser humano. O que os homens produzem

é o que eles são. O homem é o que ele faz. A natureza do homem depende das condições materiais que determinam sua atividade produtiva e sua consciência; através do trabalho o homem não só transforma o mundo, mas a si mesmo, o trabalho permite ao homem transformar a natureza, nele o homem depara-se com as suas próprias forças, colocando em movimento as forças de seu corpo de modo a apropriar-se de recursos naturais, dando forças à vida humana e agindo sobre a natureza externa, modificando-a, ao mesmo tempo que modifica a sua própria natureza e cria as potencialidades nela adormecidas, submetendo ao seu domínio as forças naturais.

Na concepção marxista e na visão do socialismo, o trabalho assume uma dimensão redentora da humanidade. As promessas socialistas de um mundo novo, de uma sociedade feliz, que derrubariam os pilares da exploração do homem pelo homem e construiriam uma sociedade onde as desigualdades não fossem tão absurdamente ofensivas, dar-se-iam pela superação do trabalho alienado e a constituição de uma sociedade de trabalhadores livres, mas as promessas de uma sociedade sem exploração ainda não se concretizaram.

Metamorfoses do trabalho na emergência do capitalismo contemporâneo

Adotando o termo metamorfose, utilizado por Gorz (2007), entendemos que o trabalho passa atualmente por transformações, as quais modificam as relações do homem na sociedade contemporânea, especialmente a partir do neo-liberalismo, que promoveu transformações valorativas, alterando seu significado, tornando-o complexo e marcadamente alienado. Contudo, ainda continua sendo o elemento central na história da humanidade como processo necessário para os mecanismos de sociabilidade que contribuem para a sua emancipação. O trabalho é fator fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, através dele o ser humano não só amplia seu poder sobre a natureza, adequando-a ao seu uso, mas produz sua própria natureza como ser racional e criativo. O trabalho continua, portanto, sendo um recurso de libertação e de auto-realização.

Como já referimos, na sociedade capitalista o trabalho perde este seu caráter libertador e humanizador e assume o caráter alienante. A alienação do trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato

de produção, que é a atividade já alienada (ANTUNES, 1999).

No dizer de Barros e Guimarrães (1999, p.76), Taylor (1960) e Ford (1964) foram os principais responsáveis pela organização do trabalho na sociedade contemporânea, com a fragmentação das funções e a produção em massa através da linha de montagem. Controlando e racionalizando os movimentos e os tempos por meio de marcações cronometradas, as empresas passaram a ter lucros nunca antes atingidos. Logo, porém, dois fatores indesejáveis começaram a aparecer: as reações dos trabalhadores e os fatores humanos que interferiam na linha de montagem e que levavam as peças, por vezes, a apresentar falhas. Isso confirma o que constatam Mauro, Giglio e Guimarães (1999, p.148): as mudanças provocadas pelo taylorismo/fordismo, no final do século XIX, vieram comprometer o caráter humanizador do trabalho, quando a preocupação com o aumento da produtividade aperfeiçoa a divisão social do trabalho e instala a divisão das funções e a conseqüente fragmentação do processo produtivo. Essa fragmentação permite ao capitalista ser o único a ter o controle do processo de produção e do produto final. Ao perder o controle sobre o que produz o trabalhador, perde, por consequência, a noção de totalidade; perde também o produto de seu esforço que não mais lhe pertence, tendo como conseqüência a alienação. A respeito disso, Antunes (2004, p. 9) afirma que

[...] o trabalho, como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e dinheiro. Alienado frente ao produto de seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social tornar-se um ser estranho a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano.

O trabalhador não escolhe a máquina a ser trabalhada, amanhã ou depois poderá ser substituída por outra e o trabalhador poderá perder seu saber fazer de produtor, separado do produto, sendo que cada um faz apenas uma parte do todo. O trabalhador também está separado do consumidor, já não sabe mais para quem se dirige seu esforço e habilidade, produzindo para a impessoalidade do mercado anônimo. Essa alienação do homem, do produto e do processo de seu trabalho, é uma conseqüência da organização legal do capitalismo moderno e desta divisão social do trabalho. Ela se caracteriza, em primeiro lugar, como uma autoalienação, à medida que o trabalhador vende para outro

seu tempo, sua energia, sua capacidade.

Albornoz (2008 p. 36), citando Marx, refere que o homem se aliena quando,

[...] vendendo sua força de trabalho a outro, a quem ele outorga a quem passa a pertencer o seu trabalho e o produto deste – ambos igualmente alienados – assim esta relação alienada do homem com seu trabalho e produto gera uma relação correspondente do capitalista com o trabalho, que é a propriedade privada.

Nesta mesma perspectiva, Carmo (2005) afirma que o trabalho alienado é parcelarizado, rotinizado, despersonalizado e leva o indivíduo a sentir-se alheio, distante ou estranho daquilo que produz. Um poder burocrático decide pelo trabalhador, bem como a fragmentação das tarefas em unidades parceladas faz do trabalho o dominador, não apenas da natureza, mas também da natureza humana.

Para Codo, Sampaio e Hitomi (1998), referindo-se a Marx abordam que o trabalho apresenta uma dupla faceta: de um lado, ele se apresenta como valor de uso, concretizador de produtos capazes de atender necessidades humanas; porém, de outro, ele se apresenta como valor de troca e criador de mercadorias, ele contém em si a maldição da mercadoria, a fantasmagoria do dinheiro, que o leva a ser um mecanismo de exploração. A condição que o trabalho assume na atualidade surge com a modernidade, à medida que ele deixa de ocupar o lugar de expressão da criatividade e modo de manifestação do humano para transformar-se em ferramenta de produção em série, tendo em vista a satisfação de necessidades externas e a disseminação de práticas de consumo típicas das eras industrial e pós-industrial (ALVES, 2005).

Desta forma, muda o processo de produção dos bens de consumo e também muda o padrão de consumo das pessoas, que passa do processo de uso para o processo de consumo; não é mais levado em conta o uso que determinado produto tem para o ser humano, mas sim, o consumir por consumir. Como destaca Antunes (1999, p.178): “[...] exaurir-se num consumo *coisificado e fetichizado*, inteiramente deprovido de sentido” (grifos do autor). O que está posto não é mais o valor de uso da mercadoria, ela vale pela capacidade intrínseca de se transformar em valor de troca, ou seja, a virtude que ela possui em se transformar em dinheiro para comprar novas mercadorias. Agrega-se a isto a diferenciação entre preço e valor. O preço é a aferição material quantitativa, objetiva e monetária, enquanto o valor está impregnado de valores simbólicos das representações

sociais que conferem status, classe e posição social, como expressão de atributos que produzem diferenciação social através das condições de posse dos objetos materiais.

A este consumo, Gorz (2007) chama de compensatório, proposto aos indivíduos como proteção e refúgio contra o universo coletivo, de forma privada. O trabalhador incitado retira-se à esfera privada, a privilegiar a busca por vantagens pessoais e que contribuem para desagregar as redes de solidariedade e de ajuda mútua, a coesão social e familiar, o sentimento de pertencimento. Desta forma, o indivíduo é socializado pelo consumo, não sendo mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo levado a desejar ser ele mesmo, distinguindo-se dos outros e que, canalizado socialmente ao consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio da ação humana. E segue dizendo que o dinheiro ganho pelo trabalhador permite uma forma de satisfação mais importante que a perda da liberdade que implica o trabalho, sendo que o salário torna-se o fim essencial da atividade, a tal ponto que é inconcebível uma atividade que não receba em troca uma compensação monetária. O dinheiro sobrepõe-se aos valores para tornar-se única medida dessas atividades e dos bens produzidos. O autor reforça ainda que o consumo compensatório é a finalidade pela qual os trabalhadores e não-trabalhadores almejam trabalho funcionalizado, uma vez que não se deseja mais bens e serviços mercantis como compensações do trabalho funcional, deseja-se trabalho funcional para poder pagar o consumo das mercadorias rotineiramente adquiridas. A sociedade capitalista determina que o trabalho esteja no centro da vida do indivíduo, que só se sentirá bem e reconhecerá seu papel no mundo, se estiver trabalhando e consumindo (QUANDO o trabalho adoece, 2007).

Acredita Schumpeter (1984), que a destruição criativa torna-se a mola mestra da acumulação capitalista, que passa a exigir um sucateamento cada vez mais rápido dos ciclos tecnológicos para criar novas necessidades para manter a roda do consumo de bens em movimento acelerado. A necessidade do consumo aliada à manipulação psicológica das grifes perpassa a ilusão de preencher a sensação de vazio e fracasso, de infelicidade e de fragmentação da identidade, onde a simples idéia de abrir mão desse privilégio é um processo doloroso de perda, expondo muitos indivíduos a uma grande predisposição de crise existencial e de frustração extrema que não raro chega às raias do desequilíbrio. O mundo é espetacularmente um processo de reificação constante. Debord (1997, p.12), por conta disso, afirma:

[...] Na forma do indispensável adorno dos objetos hoje produzidos, na forma da exposição geral da racionalidade do sistema e na forma de setor econômico avançado que modela uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo e a principal produção da sociedade atual.

E segue o autor logo adiante: “[...] quanto mais a vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela. O espetáculo é o capital a tal grau de acumulação que se torna imagem” (p.20). Marx (1983) introduziu a categoria que expressa o encanto do homem pelo produto do seu trabalho, trabalho este que lhe foge das mãos e se torna um ente “vivo”, independente, “humanizado”, o “fetiche da mercadoria”. Ocorreria uma inversão: enquanto o trabalhador se desumanizaria ao atuar de forma mecânica, sem possibilidade de exercitar sua criatividade e entusiasmo pelo trabalho; a mercadoria se “humanizaria” ao sobrepor-se ao trabalhador, como que adquirindo vida própria, não mais seria vista como resultado do esforço humano.

Segundo Carmo (2005), vivendo neste universo de mercadorias, o trabalhador também passa a ser uma mercadoria, sendo que o único produto que ele tem para oferecer é a força de seu trabalho que é vendido ao mercado. O trabalho deixa de ser uma relação pela qual se constrói um mundo humano, em vez disto, os homens se distanciam uns dos outros e até de si mesmos. Perdendo a autonomia em suas atividades, faz com que o ser humano não se reconheça mais como o responsável pelo produto do trabalho realizado.

Como processo do capitalismo em expansão, a globalização¹ traz, entre tantas consequências, a competição, a sistemática eliminação de postos de trabalho pela informatização, a precarização por meio da desregulamentação das relações de trabalho, o enfraquecimento do papel e das funções do Estado, bem como o uso das novas

¹ [...] Os autores apresentam visões bastante diferentes sobre a “globalização”. Para alguns deles, o termo refere-se ao surgimento de instituições supranacionais, cujas decisões moldam e limitam as opções de políticas para qualquer Estado específico; para outros significa o impacto avassalador dos processos econômicos globais, incluindo processos de produção, consumo, comércio, fluxo de capital e interdependência monetária. Para outros denota a ascensão do neoliberalismo como um discurso político hegemônico; para uns significa principalmente o surgimento de novas formas culturais, de meios e tecnologias de comunicação globais, todos os quais moldam as relações de afiliação, identidade e interação dentro e através dos cenários culturais locais; e para outros ainda “globalização” é, principalmente, um conjunto de mudanças *percebidas*, uma construção usada pelos legisladores para inspirar apoio e suprimir a oposição as mudanças, porque “forças maiores” (a competição global, respostas a exigências do FMI e do Banco Mundial, obrigações para com alianças regionais, e assim por diante) não deixam “nenhuma escolha” ao Estado, além de agir segundo um conjunto de regras que não criou. (BURBULES; TORRES 2004, p.11).

tecnologias nos processos de produção que passam a exigir indivíduos cada vez mais escolarizados e qualificados. A maximização das leis do mercado exigem a apreensão de conhecimentos formais a fim de qualificar os indivíduos para se tornarem agentes econômicos em disputa acirrada por postos de trabalho cada vez mais escassos.

Contudo, isso não traz garantias de sucesso, de prosperidade material e ascensão social, dado que muitos não serão absorvidos e a rotatividade do mercado é cada vez maior. Essas circunstâncias geram várias formas de pressão que, via de regra, são internalizadas pelos indivíduos. O mercado, dessa forma, passa a ser cada vez mais o principal agente indutor das relações sociais que se cristalizam através da mercantilização. O desejo de posse não se reduz apenas à compulsão de comprar, ele se evidencia nas relações pessoais pré-estabelecidas com os produtos que, mesclados às percepções de mundo e representações simbólicas, determinam a consciência dos indivíduos. Parece ser uma crença aceita por grande parte da sociedade atual que o capitalismo se transformou em uma força onipresente e inescapável, à qual todos devem se render e devotar os seus ritos de fé e adoração, como única forma de salvação possível. Isto confirma o que Marx (2004, p. 52) enfatiza:

[...] O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens o que lhes determina a realidade objetiva, mas, ao contrário, a realidade social é que lhes determina a consciência.

Antunes (1999) relata as mudanças complexificadas do trabalho na atualidade e as formas intensificadas de exploração do trabalho dadas pelas condições do mesmo: *part-time*, temporário, terceirizado, subcontratado, flexibilização, desregulamentação, informalização, sendo esta sociedade fundada no descentramento da categoria trabalho. O modo de exploração da mão-de-obra assalariada se dá através das ameaças constantes de demissão, perdas de direitos, pressões que emergem de uma lógica capitalista e neoliberal, promovendo achatamento da classe trabalhadora aliado às exigências cada vez maiores para se inserir e permanecer nos postos de trabalho.

Assim, ao refletirmos acerca do trabalho, percebemos que o mesmo transita entre polos diversos, configurando desde mecanismo de expressão de individualidade e prolongamento do próprio homem, até instrumento de alienação, controle e segregação

social. O trabalho humano possui duplo caráter, de um lado, é fonte de realização, satisfação, prazer, estruturando o processo de identidade e socialização dos indivíduos, mas, por outro, pode também se transformar em elemento de doença, tornando-se danoso à saúde. No ambiente de trabalho, os processos de desgaste dos corpos e mentes são determinados na forma como o trabalho está organizado, como se apresenta ao indivíduo e pelas relações que o mesmo estabelece com os outros indivíduos do convívio laboral.

Trabalho, alienação, precarização e saúde mental

Se de um lado o trabalho, como já analisamos, compreende um conjunto de atividades exercidas pelo homem, tanto na produção como na gestão ou transformação dos recursos da vida em sociedade, em busca de um determinado fim, de outro modo, ele tem uma conotação existencial na medida em que os indivíduos se sentem produtivos por terem uma função, um emprego, uma rotina corporativa, um salário. É também fator de inclusão social, de reconhecimento ou exclusão, quando do desemprego; é o trabalho que “hominiza” o homem (OS RUMOS da psicologia organizacional e do trabalho no Brasil, 2007). As relações entre o homem e o mundo do trabalho estão no foco da Psicologia Organizacional do Trabalho (POT), que surge na segunda metade do século XX. Mas já na Revolução Industrial, teve seu início com o trabalho assalariado, buscando a adesão e minimização dos conflitos, através de acordos ou ameaças. No século XIX, a psicologia surge como área inovadora na análise das condutas humanas, logo é apropriada pelas grandes corporações industriais do Ocidente. Técnicas são usadas para recrutar soldados e empregados para as fábricas, ficando claro que os funcionários que apresentavam distintas competências poderiam render mais ou menos, dependendo do setor em que atuavam no trabalho. Hoje a Psicologia Organizacional tem como objetivo promover um ambiente saudável e produtivo, que contemple as necessidades tanto do empregado quanto da organização, para que lidem melhor com as mudanças (UMA HISTÓRIA de desafios, 2007).

A partir da década de 50, surgiram estudos tratando da questão da saúde/trabalho, a partir da saúde mental dos trabalhadores e da organização do trabalho com o objeto de análise dos processos psíquicos mobilizados pelo confronto do

trabalhador com a realidade do trabalho. Nesses estudos, o centro das análises é o conflito que nasce a partir do contato do sujeito com uma história singular pré-existente e a situação de trabalho, a qual tem suas características fixadas independentemente desse sujeito. Para Mauro, Giglio e Guimarães (1999), a abordagem psicológica define a doença mental como desorganização ou perturbação da personalidade, sendo a mesma definida a partir da amplitude das perturbações do que é considerado como comportamento padrão ou personalidade normal, muito embora, o que observamos no trabalho, na atualidade, é mais o sofrimento psíquico do que propriamente a doença mental.

A questão é quando o trabalho se torna fonte de sofrimento. Codo, Sampaio e Hitomi (1998) enfatizam que o foco é dado nas relações afeto-trabalho. Primeiro, antes da divisão em classes sociais, o trabalho se constituía no que Marx chamou de “trabalho genérico”, a relação entre homem e natureza. A expressão do afeto, do sentido de afetar, tocar, transformar entre o homem e o produto do trabalho era metabólica, indissociável. E o instrumento do trabalho se fundia com quem o fazia, tornando-se onipresente, ou seja, o homem estava presente, frente ao outro, através de instrumentos do trabalho.

Segundo Leite (2007), com a escravidão foi instalada outra dinâmica, onde o centro da existência é definido pelo outro. Os afetos se anulam ao se reapresentarem com a face do senhor. A classe exploradora possuía o sujeito e o explorava como propriedade, de tal forma que se o senhor feudal perdesse a terra, os servos iam junto com o novo dono. O capitalismo estabelece a cisão entre afeto e trabalho, enfrentando pela primeira vez a ruptura entre a produção da existência e a reprodução da vida, passando o mundo dos afetos e o mundo do trabalho a se desenvolverem em dois níveis distintos: o lar, onde são permitidas as expressões do afeto e a fábrica, onde o afeto não pode entrar. Este modo de produção, dissocia o produtor do seu produto, pois nele havia a marca de quem o realizava, em trabalho igual, tudo se torna mercadoria. O trabalhador não vende seu trabalho e sim sua capacidade de movimentar a engrenagem produtiva. O produto de seu trabalho lhe é estranho e a relação simbólica com a natureza se perdeu, tornando-se alienado ao processo.

Com a concretização do capitalismo comercial que culmina no processo de industrialização, as relações sociais que eram restritas ao modelo grupal, em comunidades e clãs, do mesmo modo que no já decadente sistema de produção feudal, passam a um novo modelo, com o surgimento da relação indivíduo-sociedade. A produção em massa requer o consumo em massa (VICO, 1986). Quanto à produtividade

e aos domínios da produção, são exercidos pelas várias caracterizações de instâncias sociais e em cada cultura, em cada sistema econômico e nas mais diferentes especificidades ideológicas e sociais, sendo que a relação de dominação se estabelece uma vez que alguém detém o domínio sobre os meios de produção e outros dependem deste sistema para sua sobrevivência.

Selligmann-Silva e outros (1986 p. 71) afirmam que “[...] o processo de sufocamento da subjetividade do trabalhador caminha paralelamente à sofisticação do processo de trabalho”, afirmação que resulta da chamada organização científica do trabalho. Nas formulações de Taylor e Ford alguns fundamentos dessa doutrina até hoje são adotados, como: controle rígido e padronização para não haver desperdício e vadiagem, pois todos gostam de ter tarefas previstas e delimitadas para cumprir; a empresa deve prever o estudo dos tempos e movimentos necessários à execução para cada atividade laboral, suprimindo a livre iniciativa do trabalhador. O método passa a ser o modelo a ser seguido pelos trabalhadores da empresa, eliminam-se critérios e preferências pessoais dos trabalhadores na seleção das ferramentas para cada tarefa e o controle permanente passa a ser exercido pelos vários agentes da administração. Esses princípios rígidos para o controle e vigilância da produtividade são propostas claras de expropriação do trabalho do trabalhador. Taylor e Ford eliminaram qualquer manifestação livre da individualidade, sendo que a mesma representaria riscos para a eficiência e ordem que preconizavam como fundamentais. Na atualidade, além do tempo de trabalho ser rigidamente estabelecido, a organização do trabalho apropria-se também do tempo livre dos trabalhadores, numa tentativa de controlar sentimentos, afetos e a vida privada do trabalhador.

Smith (1986) afirma que a tecnologia da divisão do trabalho realiza-se a partir de três aspectos: o adestramento de habilidades individuais, a economia de tempo e invenção de um grande número de máquinas que substituem as atividades humanas. Observa que progressivamente o ser humano é submetido a ações repetitivas e conclui que, ao submeter o trabalhador ao longo de toda sua vida ao cumprimento de um número de operações simples e rotineiras, este não terá como se desenvolver, tornando-se uma criatura pobre sob todos os aspectos. Apregoa Dejours (1992) que o sofrimento no trabalho vai além do trabalho em si, o sofrimento não implica só no que ocorre no interior da empresa, mas acrescentam-se os processos que ocorrem no espaço doméstico e na economia familiar do trabalhador. O indivíduo é visto como portador de uma história passada e de experiências subjetivas que estabelecem um compromisso entre a

história passada e seu presente, para transformar ou escolher o futuro. É neste ponto que surge a angústia. O que faz as pessoas viverem são seus desejos, esperanças e objetivos. Quando o desejo não é possível e não há como vencer a angústia, estamos diante do perigo, do sofrimento e da doença mental.

O capitalismo contemporâneo traz ao mundo do trabalho um contexto de sofrimento, sentimento de impotência e desvalorização. Perde-se o sentido de ser único e necessário, o que, para Dejours, é definido como a falta de significação da tarefa, a inutilidade dos gestos, a falta de uma recompensa digna, dentre vários outros aspectos que terminam por formar uma imagem narcisista pálida, feia e miserável. Executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige uma energia para a produção de esforços e de vontade, muito além daquela suportada pelo jogo da motivação e do desejo, naturalmente postos pelo prazer de exercitar algo compreendido como significativo. Assim, desencadeiam-se vivências depressivas, alimentadas pela sensação de adormecimento intelectual, falta de sentido na tarefa, não reconhecimento do fazer, conduzindo à falta de resultados satisfatórios e constituindo um processo de *feedback* negativo, através do qual o desgaste promove o desânimo e vice-versa, como um círculo vicioso em que o sujeito se percebe como que submetido na medida em que, para Dejours (1992, p. 52), o sofrimento começaria

[...] quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e adaptação. *Quando um trabalhador usou de tudo de que dispunha de saber e de poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa:* isto é quando foram esgotados os meios de defesa contra a exigência física. Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento (se bem que este fator seja evidentemente importante quando à *impossibilidade de toda a evolução na direção ao seu alívio*). *A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento* (grifos do autor).

O trabalhador é acompanhado por um sentimento de desapropriação do seu fazer, não podendo apropriar-se da noção precisa do que produz, muito menos saberá quando poderá apropriar-se de algum modo e usufruir o seu próprio produto. O trabalho passa por um não significado, o que sobrou para o trabalhador de sua responsabilidade sobre o produto final é apenas uma parcela aleatória e alienada, especializa-se em produzir partes que não se referem a nenhum todo específico.

O capitalismo é representado pelo modelo de industrialização onde o trabalhador é engolido pelo poder do capital e, sobretudo, engolido pela máquina que passa a controlar seu ritmo de produção e a sua vida.

Selligmann-Silva (1994, p.14) complementa que

[...] nas transformações do trabalho próprias da automação industrial, o trabalhador, privado do contacto com a atividade concreta, passando a executar o “trabalho invisível” em que não toca no que faz, vivencia a impressão da perda de controle sobre o seu trabalho sentindo-se uma **peça na engrenagem**. A identidade é brutalmente atingida nestas situações em que o trabalhador perde o significado de seu trabalho, o interesse e o prazer no que faz. O indivíduo se reduz, assim, a um operador que não mais investe afetos em seus desempenhos. O trabalho e a vida passam, assim, a fluir em ritmo mecânico (grifos da autora).

A autora apoia-se nas ideias de Marx, em que este critica a divisão das tarefas ao analisar os efeitos da organização do trabalho sobre a vida dos operários e afirma que tal atitude deforma o trabalhador monstruosamente e o obriga ao desenvolvimento de habilidades parciais. Isto é feito ao custo do sacrifício de sua subjetividade. Mais que trabalho fragmentado, produz indivíduos mutilados, os quais terminam por transformar-se em peças da engrenagem de um trabalho parcial.

O trabalho como atividade social complexa exige do trabalhador adaptação e enfrentamento de conflitos, diante dos quais estes podem desencadear o aspecto mais doloroso da dupla possibilidade, prazer e sofrimento, saúde e doença. Quando recursos internos do trabalhador não são suficientes e/ou as condições de trabalho são desfavoráveis, existe a possibilidade de adoecer. Esse processo faz parte de uma subjetividade ocorrida na relação trabalhador/trabalho. Os culpados não existem e, sim, fatores desencadeadores e determinantes salientam que os profissionais da área da psicologia não têm ouvidos treinados para escutar as dimensões do trabalho presentes nas queixas dos trabalhadores, quer seja na fase de diagnóstico, quer seja na fase de intervenção terapêutica ou psicoterapêutica (VASQUES-MENEZES, 2005). Para Selligmann-Silva (1994, p.19), “[...] o sofrimento mental são “inviabilizados”, na medida em que são desconsiderados ou reduzidos por biologismos ou por psicologizações a disfunções individuais, desconectadas das determinações sociais do trabalho”. A autora defende que o trabalho tanto pode fortalecer a saúde mental quanto favorecer a constituição de distúrbios coletivamente, em termos psicossociais e/ou

individuais e em manifestações psicossociais e psiquiátricas. Não basta tratar o indivíduo em particular, mas é necessário questionar as formas da organização do trabalho, da realidade social e do coletivo dos trabalhadores. Este coletivo de trabalhadores nos fornecerá dados sobre a organização do trabalho, informando-nos se a mesma está funcionando como estabilizador ou desestabilizador do equilíbrio psíquico dos trabalhadores (MAURO; GIGLIO; GUIMARRÃES, 1999).

Conforme Dejours (1992, p. 25), “[...] pode-se perguntar o quê, no trabalho, é acusado como fonte específica de nocividade para a vida mental. A questão é importante e crucial”. Quanto ao sofrimento mental, para este autor, a organização do trabalho é entendida como a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder e as questões de responsabilidade. Na reportagem “Quando o trabalho adocece” (2007), são apresentadas evidências do quanto esta questão é crucial. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela que em todo o mundo 160 milhões de pessoas sofrem de males associados ao trabalho. Pelo menos 2,2 milhões morrem por ano em decorrência de doenças laborais e acidentes provocados pelas más condições de trabalho.

A humanização do trabalho é fator importante tanto na promoção da saúde quanto na prevenção de doenças, particularmente as mentais e comportamentais. Trabalhador saudável e satisfeito produz mais e adocece menos. As doenças têm, em geral, fatores multicausais e podem sofrer agravamento devido à relação que o indivíduo tem com seu trabalho, (QUANDO o trabalho adocece, 2007).

O autor Le Guillant (2006), refere que

[...] os sofrimentos ocasionados pelas condições modernas da vida ou do trabalho, são de uma natureza peculiar, quase sempre indivisível e, na maior parte das vezes, secreta; uma infinidade de motivos acaba por impedir sua expressão até mesmo que as pessoas tomem plena consciência de sua condição. (p.219)

O trabalho tem um papel fundamental na vida dos indivíduos contribuindo para o desenvolvimento da identidade, subjetividade e integração na vida social. Dependendo da forma em que o trabalho é organizado, e as condições em que é exercido pelo trabalhador, podem resultar em efeitos negativos, dentre os quais estão situações que

podem levá-lo ao adoecimento físico/psíquico e até mesmo sua morte.

O sofrimento no trabalho é uma realidade existente e constante, muitas vezes sem a devida importância por autoridades públicas, empresários e pelo próprio trabalhador que enfrenta as dificuldades culpando-se de suas próprias mazelas não percebendo que algo que ele faz com prazer e devoção pode causar-lhe sofrimento também. Quando se ignora que o trabalho, o fazer exercido pelo trabalhador pode adoecê-lo, atribui-se o motivo de tal sofrimento á outras áreas da vida cotidiana, como: família, social, emocional... Sofrimento este que freqüentemente aparece nos relatos de trabalhadores das mais diversas áreas de atividade humanas, exacerbado pelas metamorfoses por que passa o trabalho na atualidade, assim sendo tornar-se relevante estudos, pesquisas que compreendam melhor a dinâmica do trabalho e saúde mental permitindo melhor entender a nós mesmos.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ALVES, C. F. O. Entre o cuidar e o sofrer: *o cuidado via experiência de cuidadores/profissionais de saúde mental*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2005.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: *ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- _____. A dialética do trabalho: *Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARENDT, H. A condição humana: *a condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARROS D. A. C.; GUIMARRÃES M. A. L. Lesões por esforços repetitivos – L.E.R.: aspectos psicológicos. In: GUIMARRÃES, M. A. L.; GRUBITS, S. (Orgs.). Saúde mental e trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado, 1988.
- BURBULES, N. C.; TORRES. C. A. Globalização e educação: *perspectivas críticas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CARMO, P. S. A ideologia do trabalho. São Paulo: Moderna, 2005.
- CODO, W.; SAMPAIO, C. J. J.; HITOMI, H. A. Indivíduo, trabalho e sofrimento: *uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEJOURS, C. A loucura do trabalho: *estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- DEJOURS, C. O fator humano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FERREIRA, A. B. de Holanda. Minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. - RJ, 1995.
- FORD, H. Os princípios da prosperidade: *minha vida e minha obra*. Rio de Janeiro: Gráfica Brasil, 1964.
- GORZ, A. Metamorfoses do trabalho. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- LEITE, N. Síndrome de burnout e relações sociais no trabalho: *um estudo com professores da educação básica*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia/UNB: Brasília. 2007.
- LE GUIILLANT, L. Escritos de Louis Guillant da ergoterapia a psicopatologia do trabalho. Rio de Janeiro, Vozes: 2006.
- MARX, K. O Capital: *crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MAURO, F. L. M.; GIGLIO, S. L.; GUIMARÃES. M. A. L. Saúde mental do adolescente trabalhador. In: GUIMARÃES, M. A. L.; GRUBITS, S. Saúde mental e trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- OS RUMOS da psicologia organizacional e do trabalho no Brasil. Psicologia - ciência e profissão – Diálogos, Brasília, ano 4, n.5, p. 28-31, dez. 2007.
- QUANDO o trabalho adoece. Psicologia - ciência e profissão – Diálogos. Brasília, ano 4, n.5, p. 22-23, dez. 2007.
- SELLIGMANN-SILVA, E.; et al. Crise, trabalho e saúde mental no Brasil. São Paulo: Traço, 1986.
- SILVA, G. O. C. D. O meio ambiente do trabalho e o princípio da dignidade da pessoa humana. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>> . Acesso em: 10 dez. 2008.

- SMITH, A. Riqueza das nações. São Paulo: Húmus, 1986.
- SUNG, J. M. Educar para reencantar a vida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1960.
- UMA HISTÓRIA de desafios. Psicologia - ciência e profissão – Diálogos, Brasília, ano 4, n.5, p. 24-27, dez. 2007.
- VICO, G. Psicologia e fator produtivo. In: SELIGMANN, S. E. et al. V. Crise, trabalho e saúde mental no Brasil. São Paulo: Traço, 1986.
- VASQUES-MENEZES, I. A contribuição da psicologia clínica na compreensão do burnout: um estudo com professores. Tese (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia/UNB: Brasília, 2005.
- WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2008.

¹Maria Emília Bottini – psicóloga e mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (RS). Endereço para correspondência: emilia.bottini@gmail.com.

²Daiana Demarchi – psicóloga formada pela Universidade de Passo Fundo (RS). Endereço para correspondência: daianademarchi@gmail.com